



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2025

PROTOCOLO TC Nº 001238/2025

ITEM 23

IMPEDIMENTOS

1ª COLOCADA

EMPRESSA: ELETRA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA- EPP

CNPJ: 01.804.159/0001-21



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 01.804.159/0001-21 DUNS®: 904631801
Razão Social: ELETRA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 22/12/2025
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Empresa de Pequeno

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui pendências em um ou mais níveis de cadastramento. Para mais informações, utilize as funcionalidades de consulta disponíveis.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	02/10/2025	Automática
FGTS	Validade:	26/09/2025	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	20/10/2025	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	21/10/2025
Receita Municipal	Validade:	13/09/2025 (*)

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2026



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas

Dados do Fornecedor

CNPJ: 01.804.159/0001-21 DUNS®: 904631801
Razão Social: ELETRA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 153178 - UTFPR - NÚCLEO REGIONAL CENTRO
Data Aplicação: 10/04/2018
Número do Processo: 23064007013201806
Descrição/Justificativa: Empresa vencedora do Item 14, porém ofertou marca que não atendia ao TR.

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II
Motivo: Outros
UASG Sancionadora: 926415 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO PARANA
Data Aplicação: 21/02/2018 Valor da Multa: R\$ 120,64
Número do Processo: 0072237-63.2017 Número do Contrato: P. E. nº 40/2017
Descrição/Justificativa: Processo eletrônico nº 0072237-63.2017. Pregão Eletrônico nº 40/2017. Atraso na entrega do objeto contratual. Notas de Empenho nº 005600000701357-1 e 05600000701363-1. Multa (R\$ 120,64). DJe 2194 de 02/02/18 - Secretaria p. 6. AR recebido em 15/02/18.
Artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, artigos 150, 152 e 160, da Lei Estadual nº 15.608/2007 e cláusula 13.5.3 do Edital de Pregão Eletrônico nº 40/2017. Trânsito em 21/02/18.

Relatório de Ocorrências Ativas

Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **70014 - TRE-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/MG**
Data Aplicação: **12/12/2012** Valor da Multa: **R\$ 275,66**
Número do Processo: **1203125/2012**
Descrição/Justificativa: **Aplicação da penalidade de MULTA, no valor de R\$275,66 (duzentos e setenta e cinco reais e sessenta e seis centavos), nos termos do item 12.4 do Edital do Pregão Eletrônico n.º 80/2012 c/c o art. 86 da Lei n.º 8.666/93. A empresa comprovou o pagamento da multa.**

Ocorrência 4:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Outros**
UASG Sancionadora: **70014 - TRE-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/MG**
Data Aplicação: **12/09/2016** Valor da Multa: **R\$ 247,17**
Número do Processo: **1605777/2016** Número do Contrato: **39/16**
Descrição/Justificativa: **Aplicação da penalidade de multa, no valor de R\$247,17 (duzentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos), com fundamento no Parágrafo Primeiro da Cláusula Doze do Contrato nº 39/16 e no art. 86 da Lei 8.666/93. A empresa efetuou o pagamento.**

Ocorrência 5:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **160202 - 3 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO**
Data Aplicação: **21/10/2022** Valor da Multa: **R\$ 2.694,00**
Número do Processo: **64041006463202203** Número do Contrato: **2022NE502**
Descrição/Justificativa: **SANÇÃO DE SUSPENSÃO DE LICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM O ÓRGÃO, PELO PRAZO DE 1 (UM) MÊS DE CONFORMIDADE COM SUBITEM 22.4.3 E 15.2.5 DO EDITAL E DO TERMO DE REFERÊNCIA, DO PREGÃO ELETRÔNICO, POR INEXECUÇÃO TOTAL, BEM COMO A MULTA COMPENSATÓRIA DE 10% (DEZ POR CENTO), SOBRE O VALOR TOTAL DOS CONTRATOS.**

Relatório de Ocorrências Ativas

Ocorrência 6:

Tipo Ocorrência:	Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III		
Motivo:	Inexecução total ou parcial do contrato		
UASG Sancionadora:	160202 - 3 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO		
Âmbito da Sanção:	Órgão Sancionador		
Prazo:	Determinado		
Prazo Inicial:	21/10/2022	Prazo Final:	21/11/2022
Número do Processo:	64041006463202203	Número do Contrato:	2022NE502
Descrição/Justificativa:	SANÇÃO DE SUSPENSÃO DE LICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM O ÓRGÃO, PELO PRAZO DE 1 (UM) MÊS DE CONFORMIDADE COM SUBITEM 22.4.3 E 15.2.5 DO EDITAL E DO TERMO DE REFERÊNCIA, DO PREGÃO ELETRÔNICO, POR INEXECUÇÃO TOTAL, BEM COMO A MULTA COMPENSATÓRIA DE 10% (DEZ POR CENTO), SOBRE O VALOR TOTAL DOS CONTRATOS.		

Ocorrência 7:

Tipo Ocorrência:	Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7ª		
Motivo:	Retardamento da execução do objeto ou não manutenção da proposta		
UASG Sancionadora:	70016 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO G.DO SUL		
Âmbito da Sanção:	União		
Prazo:	Determinado		
Prazo Inicial:	11/09/2020	Prazo Final:	10/10/2020
Número do Processo:	0009834-80.2019	Número do Contrato:	PG 43/2019
Descrição/Justificativa:	Desistência da proposta ofertada para o Item 2 no Pregão Eletrônico 43/2019, cujo objeto era a aquisição de materiais permanentes de informática.		

Ocorrência 8:

Tipo Ocorrência:	Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7ª		
Motivo:	Retardamento da execução do objeto ou não manutenção da proposta		
UASG Sancionadora:	90029 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO		
Âmbito da Sanção:	União		
Prazo:	Determinado		
Prazo Inicial:	28/07/2023	Prazo Final:	27/08/2023
Número do Processo:	0020357-32.2023		
Descrição/Justificativa:	Não tendo a licitante apresentado fatos ou documentos hábeis para eximi-la da culpa pela não manutenção da proposta, conduta tipificada no item 21.2.1 c/c item 4.1.4 do Edital de Pregão Eletrônico nº 012/2023 (9865656), aplica-se a sanção de impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo prazo de 01 mês, nos termos do supracitado subitem 21.2.1 do Edital, com fundamento no artigo 7ª da Lei nº 10.520/2002 e no artigo 49, inciso V, do Decreto nº 10.024/2019.		

Relatório de Ocorrências Ativas

Ocorrência 9:

Tipo Ocorrência: **Legado**
UASG Sancionadora: **113205 - SAE-CNEN/CENTRO DESENV.TECNOLOGIA NUCLEAR/MG**
Número do Processo: **013440011192001**
Descrição/Justificativa: **REATIVAÇÃO A PEDIDO DO FORNECEDOR.**

Ocorrência 10:

Tipo Ocorrência: **Legado**
UASG Sancionadora: **113205 - SAE-CNEN/CENTRO DESENV.TECNOLOGIA NUCLEAR/MG**
Número do Processo: **013440011192001**
Descrição/Justificativa: **O FORNECEDOR LEVOU 08 (OITO) MESES PARA CONCLUIR REPARO EM GARANTIA DO EQUIPAMENTO NOTEBOOK TOSHIBA SATÉLITE 1805-S274, ALEGANDO DIFICULDADES TÉCNICAS, AS QUAIS FORAM SANADAS PELO FABRICANTE NOS EUA. ESTE PROCEDIMENTO CAUSOU PREJUÍZOS PARA A ADMINISTRAÇÃO, QUE DEIXOU DE UTILIZAR O BEM NO PERÍODO, APESAR DE O FORNECEDOR TER OFERECIDO E DEIXADO À DISPOSIÇÃO DO CDTN/CNEN OUTRO EQUIPAMENTO QUE APRESENTAVA UM DESEMPENHO INFERIOR.**

Ocorrência 11:

Tipo Ocorrência: **Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.**
UASG Sancionadora: **70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **17/04/2020**
Data Aplicação: **17/04/2020**
Número do Processo: **0000829-13.2019** Número do Contrato: **NE nº 710/2019**
Descrição/Justificativa: **Entrega de parte do objeto (cabos de conexão), com 17 dias de atraso, fato que enseja a aplicação de multa de mora de 8,5% (oito vírgula cinco por cento) sobre o montante de R\$ 5.333,28, nos termos do Item 18.1, letra b, subitem b.1, do Edital do Pregão Eletrônico TRE/AL Nº 43/2019.**



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ: 01.804.159/0001-21 DUNS®: 904631801
Razão Social: ELETRA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Prováveis Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor

Dados do Fornecedor

CNPJ: 01.804.159/0001-21 DUNS®: 904631801
Razão Social: ELETRA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Impeditiva Indireta encontrado para o fornecedor.



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Sócio / Administrador

Dados do Fornecedor

CNPJ: 01.804.159/0001-21 DUNS®: 904631801
Razão Social: ELETRA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 621.073.056-68 Participação Societária: 80,00%
Nome: MARCELO AUGUSTO DE CASTRO
Número do Documento: M4049501 Órgão Expedidor: SSPMG
Data de Expedição: 19/07/2010 Data de Nascimento: 24/12/1969
Filiação Materna: ALCEDINA CHAVES DE CASTRO
Estado Civil: Solteiro(a)
CEP: 30.720-250
Endereço: RUA DOM SILVERIO, 198 - APTO 602 - PADRE EUSTAQUIO
Município / UF: Belo Horizonte / Minas Gerais
Telefone:
E-mail: eletra@eletra.com.br

Dados do Sócio/Administrador 2

CPF: 988.580.096-49 Participação Societária: 20,00%
Nome: EMERSON CARLOS DE CASTRO
Número do Documento: M6675884 Órgão Expedidor: SSPMG
Data de Expedição: 15/08/2006 Data de Nascimento: 13/02/1973
Filiação Materna: ALCIDINA CHAVES DE CASTRO
Estado Civil: Solteiro(a)
CEP: 30.720-270
Endereço: RUA CESARIO ALVIM, 161 - AP 104 - PADRE EUSTAQUIO
Município / UF: Belo Horizonte / Minas Gerais
Telefone:
E-mail: eletra@eletra.com.br



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 17/09/2025 06:58:47

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **ELETRA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA**
CNPJ: **01.804.159/0001-21**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **MARCELO AUGUSTO DE CASTRO**

CPF/CNPJ: **621.073.056-68**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 07:07:37 do dia 18/09/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: YIK4180925070737

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **EMERSON CARLOS DE CASTRO**

CPF/CNPJ: **988.580.096-49**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 07:08:36 do dia 18/09/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: 00VM180925070836

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **MARCELO AUGUSTO DE CASTRO**

CPF/CNPJ: **621.073.056-68**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os [Sistemas ePAD e CGU-PJ](#) consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O [Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas \(CEPIM\)](#) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 07:57:18 do dia 18/09/2025 , com validade até o dia 18/10/2025.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: 6UZvctqRRO4T2gcvWstN

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **EMERSON CARLOS DE CASTRO**

CPF/CNPJ: **988.580.096-49**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os [Sistemas ePAD e CGU-PJ](#) consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O [Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas \(CEPIM\)](#) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 07:57:57 do dia 18/09/2025 , com validade até o dia 18/10/2025.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: bLzVORurUtm4pepo6yD8

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (18/09/2025 às 07:55) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 621.073.056-68.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 68CB.E521.5B11.7929 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (18/09/2025 às 08:02) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 988.580.096-49.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 68CB.E6A8.E274.8320 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

CADFIMP - Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual (Instituído pelo Decreto nº 24.912 de 20 de dezembro de 2007)

CPF / CNPJ / Nome /
Razão Social:

CADFIMP - Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual (Instituído pelo Decreto nº 24.912 de 20 de dezembro de 2007)

CPF / CNPJ / Nome /
Razão Social:

CADFIMP - Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual (Instituído pelo Decreto nº 24.912 de 20 de dezembro de 2007)

CPF / CNPJ / Nome /
Razão Social:

Nome/Razão Social: ELETTRA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA

Tipo Pessoa	CPF/CNPJ	Nome	Fundamento	Base Legal	Início Proibição	Fim Proibiç
-------------	----------	------	------------	------------	--	-------------

Nota: Registros realizados por força legal de outros Poderes. O TCE/SE exime-se de maiores detalhes processuais.

Tipo Pessoa:

Todos

Situação:

Vigentes

Exibir Relatório

CPF/CNPJ (apenas números):

62107305668

Nome/Razão Social (parcial ou completo):

MARCELO AUGUSTO DE CASTRO

⏪

<

1

de 1

>

⏩

↺

↻

100%

⏴

⏵

Localizar | Avançar

Relação de Pessoas Físicas e Jurídicas proibidas de contratar com o Poder Público
Decisões de Outros Órgãos
Última Atualização da base de informações: 18/09/2025

Parâmetros de pesquisa:
Tipo Pessoa: *Todos*
Situação: Vigentes
CPF/CNPJ: 62107305668
Nome/Razão Social: MARCELO AUGUSTO DE CASTRO

Tipo Pessoa	CPF/CNPJ	Nome	Fundamento	Base Legal	Início Proibição	Fim Proibiç
-------------	----------	------	------------	------------	------------------	-------------

Nota: Registros realizados por força legal de outros Poderes. O TCE/SE exime-se de maiores detalhes processuais.



Tipo Pessoa:

Todos

Situação:

Vigentes

Exibir Relatório

CPF/CNPJ (apenas números):

98858009649

Nome/Razão Social (parcial ou completo):

EMERSON CARLOS DE CASTRO

1

 de 1

100%

Localizar | Avançar

Relação de Pessoas Físicas e Jurídicas proibidas de contratar com o Poder Público
Decisões de Outros Órgãos
Última Atualização da base de informações: 18/09/2025

Parâmetros de pesquisa:
Tipo Pessoa: *Todos*
Situação: Vigentes
CPF/CNPJ: 98858009649
Nome/Razão Social: EMERSON CARLOS DE CASTRO

Tipo Pessoa	CPF/CNPJ	Nome	Fundamento	Base Legal	Início Proibição	Fim Proibiç
-------------	----------	------	------------	------------	------------------	-------------

Nota: Registros realizados por força legal de outros Poderes. O TCE/SE exime-se de maiores detalhes processuais.